

Coisas da política

Sarney não pode ser candidato

Rogério Coelho Neto

DE repente, no curso de uma grande movimentação de juristas de dentro e de fora do Partido, no Maranhão, descobriu-se que o Senador José Sarney, mesmo se quisesse, não poderia ser o candidato de unidade do PDS ao Governo do Estado. Sarney é sobrinho do presidente da Assembléia Legislativa, Albérico Ferreira, que passou a ser o primeiro na linha direta na sucessão do Governador João Castelo, desde fins de 1981, quando morreu o Vice-Governador Artur Carvalho.

A renúncia do Deputado Albérico Ferreira ao direito constitucional de assumir o Governo do Estado, no próximo dia 14, quando João Castelo se desincompatibilizará para candidatar-se ao Senado, eliminaria o impedimento legal que passará a pesar sobre Sarney daqui a duas semanas. Essa solução não consultaria, porém, os interesses do PDS, que seria obrigado a transferir o Governo, num ano em que é preciso jogar tudo na campanha, ao presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Almeida e Silva. Como magistrado, o representante do Judiciário adotaria naturalmente uma posição de imparcialidade na condução das eleições e o grande beneficiário acabaria sendo o PMDB.

O que os juristas do PDS e outros não engajados ao Partido estão buscando é uma difícil saída constitucional para evitar, ao mesmo tempo, a posse de Albérico Ferreira — que impediria Sarney, numa eventualidade, de sair candidato — e a transferência do Governo do Estado das mãos dos políticos para as de um representante do Tribunal de Justiça. A fórmula salvadora seria a entrega do Governo ao 1º vice-presidente da Assembléia, Deputado Ivar Saldanha, tido como um político de fidelidade indiscutível. A questão está posta, mas a saída constitucional é difícil, porque, se o presidente da Assembléia renunciar — depois de ter completado mais de um ano do mandato de dois, caso de Albérico —, o 1º vice-presidente assume, simplesmente, para completar o período. A linha de sucessão do Governador João Castelo continuaria inalterada e, no impedimento do presidente da Assembléia, por vontade própria, de chegar ao poder, seria chamado o presidente do Tribunal de Justiça.



José Sarney

Arquivo/1981

Para o Senador José Sarney, que parece alheio aos movimentos dos que não desejam ver extintas no próximo dia 14 as chances de ele ainda surgir como candidato de unidade partidária, a posse do seu tio no Governo seria recebida com uma sensação de alívio. Sarney, que foi o último Governador eleito do Maranhão, não tem, na verdade, nenhuma vontade oculta de voltar ao cargo. Já se acostumou à cena política mais alta e às honrarias que a presidência nacional do Partido majoritário lhe confere.

É notória a preferência de Sarney pela candidatura do Deputado federal Luís Rocha, por ele lançado na vida pública, à sucessão de João Castelo. Rocha ganhará a convenção, sem dúvida, mas o Partido sairá bastante arranhado, porque o Senador Alexandre Costa e o Deputado federal Edson Lobão também se sentem no direito de disputar a indicação. Alexandre Costa, que, por deter um mandato que só se esgotará em março de 1987, pode se dar ao luxo de interpretar o papel do livre atirador e de ameaçar o PDS, como já ocorre, com a abertura de uma dissidência cuja força não pode ser, ainda, avaliada com precisão.

A seção regional do PDS do Maranhão, tida até então como uma das mais harmônicas do Partido, começa a viver, com o quadro exposto, suas primeiras turbulências. A manutenção de um clima de expectativa em torno do lançamento da candidatura de Sarney, numa emergência, ainda seguraria a unidade pedessista no Maranhão. Esgotando-se, no entanto, essa expectativa, daqui a 13 dias, com a posse do tio do senador no Governo do Estado, todas as informações ultimamente vindas do Estado prenunciam guerra aberta entre as três correntes que disputam a primazia de indicar o candidato.

Por trás do quadro de confusão que se esboçou nas últimas semanas, nas hostes do PDS, começou a se fortalecer ao mesmo tempo, no Maranhão, o esquema do ex-Deputado Federal Renato Archer, tido até então como um solitário candidato do PMDB. Archer, em silêncio, aproveitou todos espaços que se abriram à sua frente, por força das vacilações pedessistas, e hoje já se ampara numa estrutura partidária espalhada por 117 dos 131 municípios do Estado. O PDS, embora conte com quadros mais atuantes — maior número de deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores — só tem 98 diretórios municipais constituídos.

Quem contempla de fora da arena a situação criada na periferia do PDS maranhense não se arrisca mais a considerar como favas contadas a vitória do candidato do Partido majoritário, não sendo ele, como tudo indica, o Senador José Sarney. Os observadores neutros revelam, na melhor das hipóteses, muitas dúvidas. E não apostam na reunificação plena do PDS no Estado depois que a convenção regional indicar o Deputado Luís Rocha para a disputa da sucessão de João Castelo.

Rogério Coelho Neto é Subeditor de Política do JORNAL DO BRASIL